

Uma abordagem sobre o contextualismo epistêmico

Resumo

O Contextualismo Epistêmico é conhecido por alegar oferecer a melhor resposta para alguns dos principais problemas epistemológicos, dentre eles o problema gerado pelos paradoxos céticos e, por conseguinte, por deter o conhecimento sobre muitas coisas que ordinariamente julgávamos já conhecidas. Da mesma forma, seria uma via capaz de manter a validade do princípio de fechamento dedutivo. O presente texto pretende analisar a teoria contextualista, conforme apresentada por Stewart Cohen, mostrando como o contextualismo resolve essas questões. Na primeira parte do texto apresentaremos alguns problemas (e algumas características históricas) que culminaram no surgimento do contextualismo. Na segunda parte explanaremos a teoria contextualista de Cohen. Em seguida levantamos algumas objeções comumente endereçadas ao contextualismo. Por fim, concluímos que, embora não seja completamente refutada, a teoria contextualista deve dirimir dúvidas e explicar algumas dificuldades para manter a sua plausibilidade.

Palavras-Chave: Contextualismo; Ceticismo; Conhecimento; Stewart Cohen.

Abstract

Epistemic Contextualism is known by his allegation to possess the best answer to some of the major epistemological problems, among them, the problem created by the skeptical paradoxes and therefore the claim that we can know many things we ordinarily claim to know, and also maintains the validity of the closure principle. This paper seeks to examine Contextualism, as presented by Stewart Cohen, showing how Contextualism solves these problems. In the first section of the text I will present some problems (and some historic features) that originated Contextualism.

* Professor adjunto do Departamento de Filosofia da UFMT.

In the second section I will present the Cohen's Contextualism. Then, we consider some objections raised against the contextualista theory. Finally, we conclude that although these objections are not able to completely refute contextualism its proponents have to give better explanations in order to maintain its plausibility.

Keywords: Contextualism; Skepticism; Knowledge; Stewart Cohen.

1. Ceticismo, Alternativas Relevantes, Rastreamento e Fecho Epistêmico: as origens do Contextualismo

1.1 Ceticismo

Para quase todas as coisas sobre as quais pensamos ter conhecimento existem poderosos argumentos que desafiam esse conhecimento, mais precisamente, existem poderosos argumentos céticos que afirmam que nós sabemos muito pouco ou nada sobre tais coisas – ou que a aplicação desses argumentos não é menos racional do que a crença na possibilidade do conhecimento. Considere uma simples crença da qual você comunga, por exemplo, a crença de que “eu tenho um coração”. Pense, então, de que maneira esse singelo item de conhecimento poderia ser negado, e com que argumento. Ao longo da história da filosofia, essa perplexidade tem acompanhado epistemólogos que tentaram responder aos argumentos céticos de diferentes maneiras. Mostraram que, ao argumentar contra o conhecimento, o próprio cético se compromete com alguma forma de conhecimento e, assim, refuta a si mesmo. Outros procuram demonstrar que o ceticismo é irracional, apelando para alegação de que é mais provável que a conclusão seja falsa do que todas suas premissas serem verdadeiras, ou porque a razoabilidade da crença implica um procedimento que contraria o ceticismo. Enquanto, por um lado, determinados argumentos pareçam satisfazer alguns, eles não satisfazem a maioria e a dificuldade em derrotá-los atesta sua força.

O ressurgimento do debate sobre os argumentos céticos, na recente literatura epistemológica, foi possível mediante a grande quantidade de reações que eles têm provocado ao longo dos anos, o que proporcionou uma maior clareza e entendimento dos fatores envolvidos em tal discussão. Daí encontrarmos nas Hipóteses Céticas uma das formas mais poderosas sob a qual o argumento cético pode ser apresentado. Tais hipóteses céticas pretendem explicar o erro a respeito daquilo que normalmente acredita-se e alega-se saber.

Um dos exemplos mais recentes de argumentos céticos advindos de hipóteses céticas pode ser ilustrado pelo caso da inserção do cérebro numa cuba.¹ De acordo em esse exemplo, imagina-se um cérebro, sem corpo, mantido em um recipiente de vidro conectado eletroquimicamente a um computador extremamente poderoso, capaz de simular precisamente as experiências sensoriais que teria um sujeito normal (provido de corpo).

Algumas características apresentadas por argumentos céticos e que os tornam mais atraentes, pelo menos nas suas formas mais básicas, são a simplicidade e a força com que eles são construídos. Também poderíamos caracterizar este tipo de argumento cético de *paradoxo cético*.² Argumentos que se caracterizam pelo fato de serem válidos e possuírem premissas que, intuitivamente e separadamente, parecem ser verdadeiras, embora sua conclusão possa não ser aceita.

O argumento que apresentaremos a seguir pode ser encontrado na literatura especializada e é considerado a forma canônica do argumento cético³ (onde ‘S’ está para qualquer sujeito, ‘P’ (tenho um coração) está para uma proposição qualquer sobre o mundo exterior e ‘HC’ (sou um cérebro numa cuba) está para uma proposição logicamente possível que é incompatível com ‘P’ – neste caso, uma ‘hipótese cética’ em que S é um cérebro em uma cuba sendo estimulado com experiências sensoriais que informam de maneira enganadora sobre o mundo exterior a S):

- (AC) 1. Se S sabe que P, então S sabe que ~HC.
 2. S não sabe que ~HC.
 Logo, 3. S não sabe que P.

A estratégia utilizada pelo cético em (AC) é a seguinte: inicialmente ele pede a nossa concordância para o fato de não haver uma resposta definitiva para a questão da hipótese cética. Esta alegação fornece uma premissa da qual não podemos eliminar sua hipótese, isto é, talvez a hipótese proposta pelo cético seja verdadeira, ou não sabemos de sua falsidade. O cético, então, conclui

1 Este exemplo foi apresentado originalmente por Putnan.

2 See Lewis (1979, 1996), Cohen (1986, 1987, 1988, 1999, 2000a, e b), DeRose (1995). Veja também Unger (1975, 1984, p.46–54), Dretske (1981, p.367, 376), Heller (1999), Klein (2000), Fogelin (2000a, b), Valdes-Villanueva (2000) e Rosenberg (2000).

3 Para uma discussão mais detalhada ver, entre outros, Brueckner (1985 e 1994), Cohen (1998), Klein (1981, 1995 e 2002), Vogel (2004) e Pritchard (2005).

que, uma vez não sermos capazes de eliminar a sua hipótese – e tenhamos que admitir que ela possa ser correta, ou não a temos como falsa – não sabemos aquilo que originalmente alegávamos saber.

O argumento apresentado em (AC) é um argumento válido, sob a forma de *modus tollens*. A sua cogência baseia-se no suporte de dois princípios epistêmicos: a premissa 1 depende de uma versão apropriada do princípio de fechamento; a premissa 2 depende de uma versão adequada do princípio de sub-determinação.⁴ Portanto, se admitirmos a validade de (AC), restariam duas opções possíveis de reação ao argumento em (AC): a primeira opção seria aceitar a sua conclusão e a segunda seria mostrar qual, dentre as duas premissas, é falsa, e assim não precisaríamos aceitar a conclusão em que se apoiam.

Nosso objetivo não é refutar o ceticismo, nem mesmo provar que ele é falso, ou até mesmo afirmar que ele é falso. Aceitamos a diferenciação entre um tipo de filosofia que pretende provar algo e outro tipo que pretende explicar como algo é possível. Nesse sentido, pretendemos explicar, através de uma teoria contextualista, como é possível o conhecimento – ainda que o cético nos acuse de aceitar o fatologicamente possível de que estejamos sonhando ou sejamos um cérebro numa cuba. Na tentativa de concretizar essa tarefa não precisamos, contudo, convencer o cético, uma vez que podemos introduzir hipóteses negadas por ele. No entanto, o que nos parece mais importante é explicar que consideramos tais hipóteses aceitáveis e plausíveis, mostrando que elas descrevem a possibilidade do conhecimento que, por sua vez, se enquadra na possibilidade lógica que o cético aponta, através do princípio de fechamento.

1.2 Princípio de Fechamento Dedutivo

A capacidade do raciocínio ou da argumentação constitui-se uma característica da inteligência humana. Pode-se dizer que se trata de um tipo específico de operação do pensamento que consiste em encadear premissas para delas se extrair uma conclusão. Existem diferentes tipos de argumentos a serem utilizados em nosso processo de raciocínio; no entanto, o tipo de argumento

⁴ Uma vez que nosso interesse aqui é falar do ceticismo e o modo como o contextualismo se insere na sua discussão não abordaremos detalhadamente (AC), nos concentraremos, especificamente, no princípio sugerido pela premissa 1, o princípio de fechamento, que foi um dos principais tópicos de interesse (e defesa) contextualista neste debate.

que nos interessa aqui, e está diretamente ligado ao princípio de fechamento,⁵ é o raciocínio dedutivo. Argumentos dedutivos procuram mostrar que a conclusão decorre necessariamente de um conjunto de premissas ou hipóteses. Um argumento dedutivo é válido se a conclusão segue necessariamente as premissas, ou seja, a conclusão deve ser verdadeira, uma vez que as premissas são verdadeiras. Um argumento dedutivo é cogente se ele é válido e suas premissas são verdadeiras. A importância deste tipo de raciocínio se torna evidente, uma vez que ele descreve como o nosso conhecimento pode ser expandido de forma segura por implicação lógica.

O princípio do fechamento *dedutivo* para o conhecimento, mais precisamente, o princípio de fechamento dedutivo baseado em uma única premissa⁶ pode ser visto analogamente ao processo de dedução ou implicação lógica. De acordo com esse princípio, se um sujeito sabe alguma proposição, digamos P, e sabe que o fato de saber que P implica uma segunda proposição, digamos Q, então esse sujeito também sabe que Q. Dito de outra maneira, o princípio de fechamento expressa que, se um sujeito se encontra em alguma relação epistêmica com uma determinada proposição, e.g., uma relação de crer justificadamente que essa proposição é o caso, então esse sujeito também se encontra nessa mesma relação epistêmica com relação a outras proposições, desde que essas outras proposições estejam conectadas de uma forma específica com a primeira proposição. Tal “forma específica”, sob a qual essa relação epistêmica se encontra, é considerada ‘fechada’. Dessa maneira, o princípio de fechamento dedutivo que irá nos interessar ao longo desse ensaio expressa o fechamento da relação epistêmica da justificação quando duas proposições estão conectadas através da relação de implicação lógica. O princípio de fechamento que nos interessa pode, portanto, ser formulado da seguinte maneira:

5 Argumentos podem ser dedutivos ou indutivos.

6 O fecho epistêmico relativo a uma única premissa (single-premise epistemic closure) pode ser entendido como a tese de que se S sabe que P e sabe que P implica Q, então S sabe que Q. Similar ao caso do fechamento de única premissa encontra-se o caso do fechamento epistêmico de várias premissas (multi-premise closure). Embora possuam a mesma base, pois ambos alegam que a dedução é uma boa forma de ganhar conhecimento, suas implicações são distintas. O fechamento de várias premissas pode ser descrito da seguinte maneira: se S sabe que $P_{I...}$ e sabe que $P_{I...} \rightarrow P_{II}$ implica Q, então S sabe que Q. Suas implicações são distintas, pois, no caso do fechamento de várias premissas a dedução de uma conjunção não preserva a alta probabilidade anexada a cada premissa, o que não ocorre no caso do fechamento de uma única premissa. Para discussões mais detalhadas ver Hawthorne (2004) e Williamson (2000).

(PF) Se S sabe que P e S passa a crer que Q, após deduzi-lo corretamente de sua crença de que P, então, S sabe que Q.

Assim, dito de maneira menos formal, se um sujeito sabe alguma proposição, P, deduz dessa proposição uma segunda proposição, Q, e passa a crer que Q com base na relação de implicação, então ele sabe que Q. Existem outras formulações desse princípio, mas não nos interessa discuti-las aqui.⁷ A formulação recém-apresentada é a versão mais discutida desse princípio, pois ela elimina os contraexemplos nos quais o sujeito falha em crer na proposição implicada ou passa a crer na proposição implicada pelas razões erradas, e ambas as alternativas falham na obtenção de conhecimento.

O princípio do fechamento dedutivo, como descrito em (PF), é empregado pelo cético na tentativa de desafiar nossas alegações de conhecimento. Nos argumentos céticos é salientado o fato de que se um sujeito, S, alega saber uma determinada proposição ordinária, P (e.g., “S tem um coração”), e sabe que essa proposição implica a falsidade de uma hipótese cética (e.g., “S é um cérebro numa cuba sofrendo experiências enganadoras”), então, seria possível, para S, saber a falsidade da hipótese cética, uma vez que o conhecimento é fechado sobre implicação lógica conhecida, (PF). Como S não pode saber a falsidade da hipótese cética, uma vez que sua evidência suporta ambas as hipóteses, S também não pode saber P.

1.3 Negando o Princípio de Fechamento: Teoria das Alternativas relevantes e Teoria do Rastreamento

Como vimos anteriormente, o cético utiliza o (PF) para desafiar a tese de que possuímos conhecimento. A argumentação desenvolvida pelo cético afirma que, visto não sabermos que sua hipótese, HC, é falsa e, dado o princípio de fechamento, deveríamos ser capazes de saber que HC é falsa se nós sabemos P, conclui-se que nós não sabemos que P. Assim, a partir dessa análise, o princípio de fechamento tem sido visto por muitos epistemólogos como a porta de entrada para o ceticismo.

A solução, então, encontrada por alguns epistemólogos para responder ao cético foi negar o (PF), que constitui a primeira premissa de (AC) (Se S sabe que P, então S sabe que \sim HC). No entanto, a ideia de que o conhecimento não

⁷ Essa formulação trata do princípio de fechamento sob implicação conhecida, que se caracteriza pela formulação mais completa desse princípio.

seja sempre transmitido através de raciocínio dedutivo desagrada a maioria dos epistemólogos. Para eles, a negação deste princípio é uma ideia absurda, pois significaria a redução massiva da expansão do nosso corpo de conhecimento. Apesar das críticas, duas teorias do conhecimento tiveram grande importância tanto no que se refere ao debate sobre o ceticismo quanto nos desdobramentos das discussões sobre o princípio de fechamento. Foram também determinantes para o surgimento do contextualismo a *Teoria Das Alternativas Relevantes* (TAR) e a *Teoria do Rastreamento* (TR).

A (TAR) foi proposta inicialmente por Fred Dretske (1970). Segundo a TAR, o principal fator que deveria ser adicionado à crença verdadeira, tornando-se um caso de conhecimento, é que o agente epistêmico deveria ser capaz de eliminar todas as alternativas relevantes para a crença em questão. Consequentemente, algumas alternativas não serão relevantes e, assim, é possível que se obtenha conhecimento mesmo frente a algumas possibilidades de erro não eliminadas. Dito de outro modo, de acordo com a (TAR), para que alguém saiba ou tenha conhecimento de uma proposição P , num tempo t , é requerido, por parte do agente epistêmico a capacidade de eliminar todas as alternativas que sejam relevantes a proposição P , no tempo T .

Segundo Dretske, quando olhamos para uma jaula com zebras no zoológico, sabemos que aquele animal é uma zebra. Isto acontece porque, numa visita corriqueira ao zoológico, a proposição de que “o animal que estou vendo é uma mula pintada” não é uma alternativa relevante para a proposição de que “estou vendo uma zebra”. Assim, eu não preciso eliminar a proposição de que “o animal que estou vendo não é uma mula pintada” para saber que “o animal que estou vendo é uma zebra”. Deste modo, ainda que eu saiba a proposição “o animal é uma zebra”, eu não sei a proposição “o animal não é uma mula pintada”. Esta última proposição seria uma alternativa relevante para a proposição “o animal que estou vendo é uma mula pintada”, da mesma forma que para a proposição “o animal é uma zebra” a sua alternativa relevante seria “o animal que estou vendo não é uma zebra”.

Além disso, para Dretske, eu não possuo nenhum tipo de evidência que possa ser usada contra a proposição de que “o animal que estou vendo não é uma mula pintada”, uma vez que a minha experiência visual é totalmente compatível com tal possibilidade, fazendo com que eu não possa eliminar a alternativa que neste caso é irrelevante, a proposição de que “o animal que estou vendo não é uma mula pintada”. Assim, como podemos notar, de acordo com a teoria de Dretske, uma dada proposição Q é considerada uma alternativa relevante a P , somente se ela implica sua negação. Por conseguinte, eu não preciso saber a proposição de que “o animal que estou vendo não é uma mula

pintada”, mesmo que eu seja capaz de saber algo que é diretamente implicado por ela, a saber, que o animal que estou vendo é uma mula.

Portanto, mediante seu exemplo das zebras, Dretske afirma que é possível saber que o animal é uma zebra sem saber que o animal não é uma mula pintada e, com isso, mostrar que o princípio de fechamento falha em algumas circunstâncias. Isso significa dizer que você não precisa saber todas as implicações lógicas de P para saber que P, uma vez que P implica a falsidade de todas as proposições contrárias, ou relevantes, à P – dado que para Dretske uma alternativa relevante à P seriam apenas contradições lógicas de P, a saber, $\sim P$. A única coisa requerida é que o agente epistêmico saiba a falsidade das alternativas que sejam relevantes à P.

Dretske explica a falha do princípio de fechamento através de uma analogia feita entre “saber que” com o que ele denomina *operadores epistêmicos*. Um exemplo de operador epistêmico, análogo a “saber que” poderia ser “explica que”. Assim, por exemplo, a proposição “Alcides não estudou para a prova” pode implicar a proposição “Alcides não estudou para a prova e passou de ano”. Contudo, ao considerarmos outra proposição, E, (“Alcides estava doente”), podemos explicar por que “Alcides não estudou para prova”, no entanto, E falha em explicar por que “Alcides não estudou para prova e passou de ano”. Para Dretske, portanto, “saber que” se comporta como “explicar que”. Deste modo, da mesma maneira ser possível uma proposição explicar uma segunda proposição sem explicar outras proposições implicadas por esta segunda proposição, é possível saber que P sem saber todas as proposições implicadas por P.

Podemos agora perceber a resposta que Dretske, através de (TAR), oferece ao argumento cético. Segundo ele, o cético se encontra no direito de alegar que nós não temos conhecimento de que sua hipótese, (HC), é falsa, contudo, uma vez que a hipótese cética não se caracteriza como uma alternativa relevante a P, ele está errado em afirmar que não temos conhecimento de P.

Outra teoria que juntamente com (TAR) procura oferecer uma teoria do conhecimento, mostrando a falha do princípio de fechamento, é a *Teoria do Rastreamento* (TR), oferecida por Robert Nozick (1981). Segundo este autor, as condições a serem satisfeitas para que se tenha conhecimento são as seguintes:

1. P é verdadeira;
2. S crê que P;
3. Se P não fosse verdadeira, então S não creria que P;
4. Se P fosse verdadeira, então S creria que P.

Nozick, através destas condições para o conhecimento, oferece uma teoria que se baseia na análise de *condicionais subjuntivos*. A condição número 3 assume, desse modo, o papel crucial na tentativa de resposta ao argumento cético. A estratégia pensada por Nozick afirma que enquanto S satisfaz a condição 3 e, verdadeiramente, sabe que P, ele falha em saber \sim HC. Pois se a crença de S em \sim HC (de que ele não é um cérebro numa cuba) fosse verdadeira (ou seja, se S fosse um cérebro numa cuba) S ainda acreditaria em \sim HC (isto é, S acreditaria que ele não é um cérebro numa cuba).

De acordo com a teoria de Nozick, quando as premissas 3 e 4 são satisfeitas, diz-se que a verdade de P foi rastreada. Assim, aplicando esta teoria como resposta ao argumento cético, visto anteriormente, a alegação de que S sabe que P será verdadeira mesmo que S não seja capaz de saber \sim HC. Isso ocorre, pois o mundo possível mais próximo em que \sim P é um mundo no qual S não creeria que P. Ou seja, em todos os mundos possíveis próximos, no qual seja verdadeiro que S creê que P, S de fato creê que P. Portanto, Segundo Nozick, mesmo que nós não sejamos capazes de saber que as hipóteses céticas são falsas, nossas alegações de conhecimento ordinárias ainda podem ser preservadas.

1.4 Restabelecendo o Princípio de Fechamento

Podemos considerar que um primeiro problema encontrado pelas análises recém-comentadas, TAR e TR, é a força intuitiva depositada pela maioria dos epistemólogos, em favor de (PF). A rejeição deste princípio acarreta um custo muito alto, a saber, assumir que a dedução não mais pode ser tida como um princípio que garante a preservação e o aumento do conhecimento. Com o intuito de dar uma resposta satisfatória ao ceticismo e ainda preservar (PF), Gail Stine (1976) apresenta, de forma pioneira, um esboço que viria a ser a teoria contextualista.⁸

A visão de Stine preserva o PFE relativo a um conjunto fixado de alternativas relevantes, pois se uma hipótese cética HC é relevante, então, S falha em saber \sim HC, mas S também falha em saber que P. Consequentemente, se HC não é relevante, S sabe que P, porém, S também sabe \sim HC. Assim, segundo Stine, poderia ser criado um conjunto especial de situações que cancelariam a pressuposição normal quando proferimos a sentença, com o objetivo de fazer

⁸ Embora Stine não tenha se utilizado do termo contextualismo, seu texto contém de forma seminal as intuições contextualistas.

um argumento dedutivo baseado no PF. Segundo esta interpretação, a teoria das alternativas relevantes se aproxima do paradoxo cético na medida em que resulta da rejeição da conclusão de (AC), com relação aos padrões contextuais que operam em contextos do dia a dia, em oposição aos contextos extraordinários nos quais os céticos operam.

Stine nota que parece existir no argumento cético uma troca de padrões contextuais, pois o que é atribuído a S em um contexto ordinário – quando asserido que S sabe – será diferente da atribuição, num outro contexto, extraordinário, em que também for asserido que S sabe. Negar (PF) com base na argumentação de Dretske, segundo suas próprias palavras, é “cometer um tipo de pecado lógico semelhante à equivocação”.⁹ Desta forma, a conclusão que devemos tirar é que, uma vez que tais possibilidades céticas de erros são, na verdade, modalmente distantes e, portanto, irrelevantes, segue-se que sabemos todas suas negações e, assim, (PF) pode ser mantido.

2. Contextualismo Epistêmico

2.1 Contextualismo Epistêmico segundo Stewart Cohen

Cohen segue o caminho trilhado inicialmente por Gail Stine. De acordo com ele, o contextualismo é a visão que defende as atribuições de conhecimento, de algum modo, como sensíveis ao contexto. Ele afirma que

*O valor de verdade de sentenças contendo a palavra “saber” e suas cognatas dependerá de padrões determinados contextualmente. Por causa disso, tal sentença pode ter diferentes valores de verdade em diferentes contextos. Agora, quando eu digo “contextos”, quero dizer “contextos de atribuição”. Assim, o valor de verdade de uma sentença contendo um predicado de conhecimento pode variar dependendo de coisas como os propósitos, as intenções, as pressuposições, etc., dos atribuidores que proferem essas sentenças.*¹⁰

Portanto, conforme o contextualismo proposto por ele, o valor de verdade de sentenças que contenham certas expressões, tipicamente utilizadas pelo vocabulário epistêmico, tais como ‘x sabe que y’ e ‘x está justificado ao crer que

9 Stine, G. 1976. p.256.

10 Cohen, S. 2000. p.94.

y', é determinado pelos padrões de um contexto específico. Deste modo, uma mesma sentença, quando expressada em diferentes contextos, pode assumir, em cada um desses contextos, valores de verdade distintos. Além disso, o contexto relevante para a fixação dos padrões que determinam o valor de verdade que cada uma dessas sentenças possuirá é aquele em que o atribuidor do conhecimento está localizado. Assim, ao considerarmos um mesmo sujeito S e uma mesma sentença P, duas pessoas podem, simultaneamente, dizer 'S sabe que p' e apenas uma delas dizer algo verdadeiro. Da mesma maneira, uma pessoa poderia dizer 'S sabe que p' e outra dizer 'S não sabe que p' e ambas serem consideradas como dizendo algo verdadeiro.

A divergência com relação aos valores de verdade em cada atribuição é, nesta perspectiva, apenas aparente. Conforme o contextualismo esta divergência nos valores de verdade pode ser explicada pela diferença dos padrões envolvidos em cada um dos contextos de atribuição do predicado epistêmico. Os padrões de um contexto de atribuição específico são determinados pelos interesses e expectativas do atribuidor, bem como pelas pressuposições presentes no contexto conversacional de atribuição.

Cohen, aceitando que justificação é um ingrediente necessário para o conhecimento, reconhece que diferentemente da análise do conceito de conhecimento, um conceito absoluto, a análise do conceito de justificação pode ser entendida, sem maiores problemas, como admitindo graus. Assim, toda vez que procuramos determinar se S sabe ou não que P, os padrões que determinam o valor de verdade para a sentença 'S sabe que P', sempre com relação ao contexto de atribuição, são os padrões que reflete o quanto de justificação é apropriado, referente ao contexto de atribuição, para que S saiba que P. Dito de outro modo, os padrões que determinam os valores de verdade para sentenças da forma 'S sabe que P' são fixados de acordo com a força da posição epistêmica desfrutada por quem faz a atribuição, ou seja, o seu grau de justificação. Para melhor entendermos a motivação de Cohen para o contextualismo, vejamos o seguinte caso proposto por ele.¹¹

João e Maria estão no aeroporto de POA questionando-se sobre pegar ou não o voo X para o Rio de Janeiro. Eles precisam saber se tal voo faz escala em São Paulo. Casualmente eles escutam alguém, Pedro, perguntando se o voo X para em SP. Smith, um passageiro, responde: "Sim, eu sei, eu acabo de olhar para o meu itinerário e há uma escala em SP prevista para o voo X." Pedro com base no testemunho recebido passa a crer que o voo faz escala em SP e,

11 Esse exemplo é uma variação do caso proposto por Cohen (1999, 2000 e 2004).

consequentemente, que Smith de fato sabe tal informação. Acontece que João e Maria têm um importante encontro de negócios a ser feito no aeroporto de SP. Maria então diz: “quão confiável é aquele itinerário? Ele poderia conter um erro de impressão. Eles poderiam ter mudado o itinerário desde sua última impressão, etc.” João e Maria concordam que Smith não sabe efetivamente que o voo X faz escala em SP. Eles decidem, portanto, checar com o agente da companhia aérea.

Tomando como base este exemplo – em que ‘S’ está para ‘Smith’ e ‘P’ está para ‘o voo X faz escala em São Paulo’ – João não atribui conhecimento a Smith, pois afirma a sentença ‘S não sabe que P’, enquanto Pedro atribui conhecimento a Smith já que afirma a sentença ‘S sabe que P’. De acordo com uma perspectiva não-contextualista nossa tendência seria pensar que uma das duas alegações deve, necessariamente, estar errada, enquanto a outra, correta. Mas em nenhum momento ambas desfrutariam, simultaneamente, o mesmo valor de verdade. Segundo Stewart Cohen, qualquer uma das opções que o não-contextualista venha a escolher em resposta ao exemplo parece não satisfazer de maneira adequada nossas intuições. É possível que nós elejamos um desses padrões como sendo o mais adequado e, assim, sejamos capazes de determinar qual das duas sentenças é a (única) sentença verdadeira. A explicação oferecida por Cohen pode ser descrita da seguinte maneira: no intuito de considerar qual padrão é o correto ele oferece duas considerações distintas.

Primeiro, podemos considerar que o padrão de João é demasiadamente rigoroso e que, portanto, o padrão de Pedro está correto. Assim, dado o relaxado padrão de Pedro é verdadeiro alegar que Smith sabe que o voo faz escala em SP. Isso ocorre, pois conforme o padrão rigoroso de João, aquilo que serve de base para a crença de que P, por parte de Smith, não é suficientemente adequado para que Smith saiba que P – o que parece ser um excesso, pois ele olhou o itinerário correto, no local correto. Assim, o padrão mais relaxado utilizado por Pedro é o correto e a sentença ‘S sabe que p’, asserida por ele, é verdadeira.

De acordo com a explicação sugerida por Cohen, ao indicar que o padrão mais relaxado deve ser considerado como o correto, nós nos comprometeríamos com a tese de que João faz um uso inadequado do predicado de saber (x sabe y). Caso isso realmente seja o caso, então, embora João estivesse preocupado com o seu encontro em São Paulo, o que ele deveria ter dito – ao contrário de ‘S não sabe que p’ – seria algo muito parecido com ‘Ok, S sabe que P, mas, ainda assim, preciso checar novamente se P é o caso’. No entanto, essa sentença parece causar muita estranheza. Além disso, parece que, se o fato de que ‘olhar no itinerário’ é uma razão adequada para Pedro saber que P, então parece que essa razão também deveria ser adequada para João saber

que P. Igualmente, João deveria ter dito, ao invés de ‘S sabe que p’, ‘Eu (João) sei que P, mas preciso checar novamente se P é o caso’.

Já a segunda consideração feita por Cohen sugere que consideremos o padrão de Pedro como sendo demasiadamente relaxado e que, portanto, o padrão de João está correto. Assim, dado o extremamente relaxado padrão de Pedro, é verdadeiro que João, que possui um padrão rigoroso, alegue que Smith não sabe que o voo para em SP. (Assim, a alegação de que Pedro sabe que o voo para em SP é falsa, mas a alegação, oposta, por parte de João é verdadeira).

Para Cohen essa resposta pode ser considerada muito natural em algumas ocasiões, porém ela deve ser ponderada de uma forma muito cautelosa. Isso porque ela parece ser contrária ao modo como se dá a nossa prática epistêmica ordinária, a saber, nós usualmente julgamos que as pessoas podem ter como objeto do seu conhecimento proposições cridas com base em jornais, revistas, testemunhos e itinerários de voos. Assim, ao negarmos conhecimento a Pedro, nós estaremos negando que a nossa prática epistêmica ordinária não nos permite de modo adequado alegar que sabemos muitas das coisas das quais alegamos saber. Ou seja, nós estaríamos fadados a reconhecer que – a maior parte das vezes – no nosso cotidiano, nós estamos dizendo falsidades quando alegamos saber as coisas.

Cohen ainda chega a sugerir uma terceira explicação para o problema. Outra maneira de se interpretar o exemplo seria considerar que nenhum dos dois padrões é exigente o suficiente. Contudo, essa opção não é discutida com mais profundidade pelo seu caráter excessivamente cético. Qual é, então, para o contextualista, a resposta que deve ser considerada correta? De acordo com a proposta de Cohen, a resposta “pretensamente” correta pode ser entendida da seguinte maneira.

Nenhum dos padrões é simplesmente correto ou simplesmente incorreto. Ao contrário, o contexto determina qual padrão é o correto. Dado que os padrões de atribuição de conhecimento podem variar através dos contextos, cada alegação [tanto a de João como a de Pedro] pode estar correta no contexto em que ela foi feita. Quando [Pedro] diz [‘S sabe que p’], o que ele diz é verdade dado o padrão mais fraco que opera naquele contexto. Quando [João] diz [‘S não sabe que p’], o que ele diz é verdade dado o contexto mais exigente que opera em seu contexto. E não há padrão correto independente de contexto.¹²

12 Cohen, S. Op. Cit., p. 97.

Como vimos anteriormente, o caso do aeroporto sugere, fortemente, como pensa Cohen, que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto. Ele ainda oferece uma diferente motivação para a sensibilidade contextual. Lembrando que ele considera os padrões indicativos de afirmar quão boas (ou fortes) devem ser as razões de alguém para que esse alguém seja um conhecedor são determinados pelo contexto de atribuição. Assim, outra motivação para o contextualismo, como pensado por Cohen, é evocar o fato de que a semântica de predicados epistêmicos parece ser análoga à semântica de outros predicados.

Segundo a análise feita por ele, predicados como ‘rico’, ‘feliz’, ‘plano’ e ‘alto’ permitem que as sentenças que contenham tais predicados possuam o seu valor de verdade definido pelos padrões estabelecidos de acordo com o contexto, uma vez que esses predicados podem e, com frequência, aparecem sob a forma comparativa (e.g., ‘Pedro é mais alto do que Smith’) e também na sua forma absoluta (e.g., ‘Pedro é alto’). Portanto, o contexto de uso das sentenças que contém esses predicados estabelecerá ambos, o quão mais alto do que Pedro Smith deve ser para que a sentença ‘Smith é mais alto do que Pedro’ seja verdadeira e o quão alto Pedro deve ser para que a sentença ‘Pedro é alto’ seja verdadeira. Considerando o caso dos predicados epistêmicos aplicados à atribuição de conhecimento, teremos a seguinte explicação: ainda que o predicado ‘S sabe que P’ seja absoluto, o predicado ‘S está justificado para P’ é claramente um predicado que admite graus. Do mesmo modo, se a posse de conhecimento implica a posse de justificação, então os padrões estabelecidos de acordo com o contexto estabelecerão o quão justificada uma crença deve ser para que ela seja um caso de conhecimento.

Parece que algumas características particulares, assim como ocorre com ‘alto’, ‘feliz’ e ‘plano’, estão ligadas na determinação dos padrões envolvidos em um dado contexto de atribuição de predicados epistêmicos. Para Cohen, tais padrões são determinados por uma complexa função composta pelas intenções do atribuidor, intenções da audiência desse atribuidor, pressuposições do contexto conversacional e das relações de saliência, presentes nesse contexto. A “saliência” parece assumir um papel essencial para a determinação dos padrões presentes em um contexto de atribuição dos predicados epistêmicos. Pois, em um dado contexto em que a possibilidade de erro é saliente, os padrões de atribuição de conhecimento alcançaram níveis mais elevados de exigência, o que não ocorre nos contextos em que essa possibilidade não se tornou saliente. No caso do aeroporto, a possibilidade entretida por João, a saber, de que o itinerário consultado por Smith estivesse obsoleto, ou de que ele pudesse conter algum erro de impressão, fez com os padrões de atribuição

de conhecimento a Smith se elevassem no contexto de João e impedissem que este atribuísse conhecimento a Smith. Nessa perspectiva, ainda que a mera possibilidade de erro não solape um agente de conhecimento, o contexto no qual alguma possibilidade de erro é considerada saliente (ou seja, uma possibilidade claramente considerada pelo atribuidor do predicado epistêmico) tende a falsear uma determinada atribuição de conhecimento.

2.2 A Solução Contextualista

Foi visto que o argumento apresentado pelo cético desafia a possibilidade do conhecimento. Sua alegação é de que uma vez não podermos saber que \sim HC, isto é, que não somos capazes de eliminar HC, também não podemos saber que P, com base no (PF), presente na segunda premissa de (AC).

A explicação oferecida pelo contextualismo contra o argumento cético é a seguinte: existe, de acordo com a visão contextualista apresentada, uma variedade de diferentes padrões epistêmicos utilizados para a atribuição de justificação e conhecimento que atuam em diferentes contextos. Os contextualistas procuram, deste modo, regras que sejam capazes de modificar os padrões de justificação utilizados num determinado contexto conversacional e procuram explicar o apelo intuitivo dos argumentos céticos, alegando que o cético explora, através do (PF), uma dessas regras, aumentando os padrões para justificação e, conseqüentemente, concluindo que nós não possuímos conhecimento. No caso do aeroporto, Smith se encontra num contexto onde esses padrões são relativamente baixos, o que lhe possibilita saber a proposição em questão, já que ele satisfaz estes baixos padrões. João e Maria, por sua vez, encontram-se num contexto onde esses padrões são mais elevados, contexto no qual Smith não consegue satisfazer os padrões, não sendo, portanto, sabedor da proposição em questão. Dito de outra maneira, o cético desafia nossas alegações ordinárias de conhecimento através do aumento excessivo dos padrões requeridos para o conhecimento. No entanto, os padrões requeridos pelos céticos, são quase, se não praticamente, impossíveis de serem satisfeitos.

Contudo, se esta é a maneira pela qual o argumento cético funciona, os valores de verdade de nossas alegações ordinárias de conhecimento podem ser preservados, pois será verdadeiro que sabemos nos contextos baixos (do dia-a-dia) e será falso que sabemos nos contextos céticos. Deste modo, o contextualismo resolve o desconforto causado por (AC), concedendo ao cético a força e plausibilidade de seu argumento, mas salvaguardando a possibilidade do

conhecimento nos contextos ordinários. Dessa maneira, nos contextos ordinários as minhas alegações de conhecimento são verdadeiras, pois os padrões que estão atuando nesse contexto são padrões baixos, os quais são possíveis de satisfazer. Quando o cético introduz a hipótese cética ele aumenta os padrões – de tal maneira que não conseguimos satisfazê-los – fazendo com que se instale uma mudança de contexto. Assim, (PF) também pode ser preservado, pois na verdade ele não falha, o cético ao sugerir a hipótese cética aumenta os padrões para o conhecimento provocando uma não anunciada troca de contextos.

3. Críticas ao Contextualismo

O contextualismo é uma teoria muito atrativa, pois oferece respostas para importantes problemas epistemológicos. No entanto, está longe de encontrar unanimidade e ainda provoca inúmeras controvérsias. Neste espaço, vamos nos limitar a mencionar algumas críticas relevantes às abordagens contextualistas, sem procurar, contudo, refutá-las.

Ernest Sosa¹³ critica a visão contextualista, sugerindo que ela comete uma falácia, argumentando que ao tentar explicar problemas como a natureza, as condições e a extensão do conhecimento humano o contextualismo faz um apelo à alegação metalinguística de que sentenças da forma ‘S sabe que p’ são verdadeiras em todos os contextos do dia a dia. Para Sosa, a falácia contextualista representa uma resposta, por meio de inferência falaciosa, para a pergunta sobre o correto uso das palavras na sua formulação. Ou seja, o contextualista infere, falaciosamente, pelo fato de poder usar corretamente sentenças da forma ‘S sabe que p’ nos contextos do dia a dia, que pode dar uma resposta positiva para o questionamento de se nós temos conhecimento (ou sabemos), quando esta questão é colocada em contextos filosóficos. Segundo ele, o contextualismo (neste caso a crítica se dirige mais precisamente a CA) é uma teoria semântica sobre atribuições de conhecimento e pertenceria, portanto, ao âmbito da filosofia da linguagem. Dessa maneira, teria muito pouco, ou nada, a acrescentar na discussão sobre a natureza do conhecimento, que é, afinal de contas, o principal objetivo da teoria epistemológica.

Outra crítica que merece apreciação foi proposta por Richard Feldman¹⁴. Sua crítica está relacionada com a dinâmica da mudança de contextos. Para

13 Cf. Sosa, 2000.

14 Cf. Feldman, 1999.

ele, parece contraintuitivo sustentar que, simplesmente pela menção de uma hipótese cética, nós possamos privar um dado sujeito do seu conhecimento cotidiano. Além disso, o contextualismo parece conceder demais aos céticos, isso é, existem falhas nos argumentos céticos que deveriam ser refutadas.

Segundo análise feita por Peter Klein¹⁵, o contextualismo até pode ser visto como uma visão atraente, entretanto possui um problema que parece ser grave. A epistemologia – enquanto um ramo da filosofia que se preocupa em responder questões acerca da natureza do conhecimento e dos princípios que governam a crença racional, ou seja, questões sobre o que é e como se dá o conhecimento – possui um caráter normativo e não meramente descritivo. Deste modo, o contextualismo falharia, pois, para ele, faltaria um aspecto normativo.

Uma distinta e importante crítica lançada contra os contextualistas diz respeito ao seu conteúdo semântico e se refere à propriedade dêitica de ‘saber’. Segundo alguns autores, como Jason Stanley¹⁶, ‘saber’ não pode ser utilizado da mesma forma que predicados como ‘alto’, ‘plano’ e ‘redondo’; deste modo, ‘saber’ não pode ser considerado como sensível ao contexto.

Por fim, podemos citar os invariantistas¹⁷. Eles são contrários à posição contextualista e negam que as condições para atribuições de conhecimento sejam dependentes dos fatores do atribuidor.¹⁸ Para eles as condições de verdade para atribuição de conhecimento são regidas por um único conjunto não variante de padrões epistêmicos, não importando qual o contexto elas foram proferidas. Podemos ainda qualificar o invariantismo de duas maneiras: os invariantistas céticos e os não céticos. Os invariantistas céticos (como Peter Unger) sustentam que os padrões epistêmicos utilizados para atribuição de conhecimento são tomados com enorme exigência e, deste modo, os padrões utilizados ordinariamente não podem ser satisfeitos. Por outro lado, para os invariantistas não céticos, os padrões que regem as condições de verdade para atribuições de conhecimento são constantes, porém, baixos e capazes de serem satisfeitos. Deste modo, preservando a alegação de que podemos conhecer muitas coisas que alegamos conhecer.

15 Cf. Klein, 2000.

16 Cf. Stanley, 2005.

17 Podemos citar como principal representante desta visão Peter Unger, 1984.

18 Esta crítica não se restringe somente ao contextualismo do atribuidor. Ela também pode ser aplicada ao contextualismo do sujeito, pois muitas considerações são feitas alegando que esta forma de contextualismo também se baseia num contexto conversacional.

A principal ideia sustentada por invariantistas é de que o contextualista confunde uma asserção não autorizada com falsidade. Para eles, portanto, nós podemos ou não saber tanto nos contextos onde estão em jogo baixos padrões epistêmicos quanto nos contextos regidos por altos padrões. O que de fato acontece é que em contextos com altos padrões pode não ser apropriado para *S* fazer uma determinada asserção, enquanto que em um padrão mais baixo a mesma asserção não seria problemática. Assim, de acordo com modelo invariantista, o que varia de um contexto para outro são as *condições de asseribilidade*, mas as *condições de verdade para as atribuições* se manteriam fixas, invariantes. Neste sentido, os invariantistas alegam que os contextualistas tomam, de maneira equivocada, o fato de que as propriedades conversacionais das atribuições de conhecimento dependem do contexto para mostrar que as condições de verdade para atribuições de conhecimento dependem do contexto. Contudo, não é nenhuma surpresa o fato de que este extenso e vigoroso debate entre estas diferentes concepções – contextualismo, ceticismo, invariantismo – não tenha trazido um claro consenso sobre o assunto em questão. No entanto, uma avalanche de novas possibilidades foi trazida à tona.

4. Considerações Finais

O contextualismo epistemológico possui como motivação principal a defesa do princípio de fechamento, uma melhor resposta ao problema gerado pelos argumentos céticos e o suporte de nossas alegações de conhecimento ordinárias. Como vimos anteriormente, as críticas disparadas à posição contextualista são fortes o suficiente para comprometer a sua plausibilidade.

Contextualismo, como vimos, sugere que as condições de verdade para atribuições de conhecimento são dependentes de padrões contextualmente determinados e que não há um único padrão correto. Assim, permitindo que, com relação ao mesmo sujeito e referente à mesma proposição, dois atribuidores diferentes possam dizer, respectivamente, “*S* sabe que *P*” e “*S* não sabe que *P*” e ambos estarem dizendo algo verdadeiro. Isso se deve ao fato de que ambos estão asserindo diferentes proposições, que por sua vez obtiveram seu valor de verdade a partir de diferentes contextos, nos quais diferentes padrões estavam operando.

Esta tese como podemos ver é uma espécie de relativismo moderado, pois a verdade de sentenças do tipo “*S* sabe que *P*” irá depender dos padrões contextuais utilizados por cada atribuidor. Além disso, ela não é uma tese sobre

o conhecimento e sim uma tese sobre como procedemos quando atribuímos conhecimento a alguém (independentemente de esse alguém realmente ser possuidor de conhecimento). Isso parece nos apontar para o fato de que o contextualismo não se apresenta como uma tese epistemológica propriamente dita e, nesse sentido, poderíamos questionar sua aplicabilidade para a Teoria do Conhecimento.

Embora a tese contextualista de fato explique nossas atribuições de conhecimento ordinárias, é difícil pensar como ela responde ao ceticismo. A resposta oferecida ao cético não é propriamente uma resposta, pois ela não pretende refutar o argumento cético. O contextualismo apenas restringe a aplicabilidade de tais argumentos a contextos extremamente exigentes que estão, na maioria das vezes, muito além de nossa capacidade de satisfazê-los, o que nos permitiria continuar alegando conhecimento nos contextos ordinários em que os padrões são menos rigorosos. Mas ao fazer isso o contextualismo está concedendo muito ao cético e atestando a sua força. Além disso, poderíamos pensar na seguinte situação: imagine que estamos num contexto onde os padrões são extremamente rigorosos, digamos uma sala de aula de filosofia. Nesse contexto, como entretemos diversas possibilidades céticas, nós não temos conhecimento, ou seja, nossas atribuições de conhecimento são tornadas falsas. Porém, quando me dirijo a outros contextos, digamos um contexto ordinário mais relaxado, como numa fila de banco, a mesma proposição que eu não sabia quando estava na aula de filosofia, agora posso saber, pois meus interlocutores são mais ignorantes, o que diminui a exigência do padrão imposto nesse contexto. Ou seja, de acordo com o contextualismo, eu poderia me mover de um contexto no qual não me era atribuído conhecimento (pois os padrões eram rigorosos) para um contexto onde me seria atribuído conhecimento, simplesmente pelo fato de que os padrões em vigor nesse contexto são mais frouxos. Parece que isso é uma consequência indesejada do contextualismo, pois conhecimento deveria ser imune a estas mudanças contextuais.

Embora muito atrativa, a posição contextualista apresenta alguns problemas graves que ainda carecem de explicação convincente, pois caso essas críticas não sejam respondidas adequadamente a plausibilidade dessa tese é fortemente comprometida. Não pretendemos aqui oferecer soluções para os problemas enfrentados pelos contextualistas, apenas levantar algumas questões que ainda precisam ser devidamente explicadas pelos proponentes e defensores do contextualismo.

Referências bibliográficas

- Almeida, C. G. de. "Closure, defeasibility and conclusive reasons." In: *Acta Analytica*, v. 22, 4, p. 1. 2007.
- Annis, D. "A Contextualist Theory of Epistemic Justification." In: *American Philosophical Quarterly* 15, 213–219. 1978.
- Barke, A. *The Closure of Knowledge in Context*, Mentis, Paderborn. 2002.
- Brueckner, A. "Skepticism and Epistemic Closure." In: *Philosophical Topics* 13, 89–117. 1985.
- Cohen, S. "Knowledge and Context." In: *The Journal of Philosophy* 83, 574–583. 1986.
- _____. "How to Be a Fallibilist." In: *Philosophical Perspectives* 2, 91–123. 1988.
- _____. "Contextualist Solution to Epistemological Problems: Scepticism, Gettier, and the Lottery." In: *Australasian Journal of Philosophy* 76, 289–306. 1998.
- _____. "Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons." In: *Philosophical Perspectives* 13: *Epistemology*, 57–89. 1999.
- _____. "Contextualism and Skepticism." In: E. Sosa and H. Villanueva, (eds.), *Philosophical Issues* 10: *Skepticism*, 94–107. 2000.
- De Rose, K. "Solving the Sceptical Problem." In: *The Philosophical Review* 104, 1–52. 1995.
- _____. "Contextualism: An Explanation and Defense." In J. Greco and E. Sosa, (eds.), *The Blackwell Guide to Epistemology*, Basil Blackwell, Oxford, 187–205. 1999.
- _____. "Now You Know It, Now You Don't." In: *Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*, Vol. V, *Epistemology*, 91–106. 2000.
- Dretske, F. "Epistemic Operators" In: *The Journal of Philosophy* 67, 1007–1023. 1970.
- _____. "Conclusive Reasons." In: *Australasian Journal of Philosophy* 49, 1–22. 1971.
- _____. "The Case Against Closure." In E. Sosa and M. Steup (eds.), *Contemporary Debates in Epistemology*, Basil Blackwell, Oxford. 2004.
- Feldman, R. "Contextualism and Skepticism." In: *Philosophical Perspectives* 13, 91–114. 1999.
- Greco, J. "What's wrong With Contextualism?" In: *Philosophical Quarterly* 58, 416 – 436. 2008.
- Hales, S. D. "Epistemic Closure Principles." In: *Southern Journal of Philosophy* 33, 185–201. 1995.
- Heller, M. "Relevant Alternatives and Closure." In: *Australasian Journal of Philosophy* 77, 196–208. 1999.

- Klein, P. "Contextualism and the Real Nature of Academic Skepticism." In: *Philosophical Issues*, 10, 108-116. 2000.
- _____. "Infinetism's Take on Justification, Knowledge, Certainty and Skepticism." *Veritas* 50.4, 153-172. 2005.
- Kornblith, H. "The Contextualist Evasion of Epistemology." In: E. Sosa and H. Villanueva, (eds.), *Philosophical Issues 10: Skepticism*, 24-32. 2000.
- Lewis, D. "Scorekeeping in a Language Game." In: *Journal of Philosophical Logic* 8, 339-359. 1979.
- _____. "Elusive Knowledge." In: *Australasian Journal of Philosophy* 74, 549- 567. 1996
- Nozick, R. *Philosophical Explanations*, Oxford University Press, Oxford. 1981.
- Pritchard, D. "Two Forms of Epistemological Contextualism.: In: *Grazer Philosophische Studien* 64, 19-55. 2002.
- Schiffer, St. "Contextualist Solutions to Scepticism." In: *Proceedings of the Aristotelian Society* 96, 317-333. 1996
- Sosa, E. "Skepticism and Contextualism." In: E. Sosa and H. Villanueva (eds.), *Philosophical Issues 10: Skepticism*, 1-18. 2000.
- Stanley, J. *Knowledge and Practical Interests*. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- Stine, G. "Scepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Closure." In: *Philosophical Studies* 29, 249-261. 1976.
- Turri, J. "Epistemic Invariantism and Speech act Contextualism." In: *Philosophical Review* 119, 77-95. 2010.
- Unger, P. *Philosophical Relativity*. Minneapolis, University of Minnesota Press. 1984.
- Williams, M. *Unnatural Doubts: Epistemological Realism and the Basis of Skepticism*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey. 1996.
- _____. *Problems of Knowledge: A Critical Introduction to Epistemology*, Oxford University Press, Oxford. 2001.
- _____. "Knowledge, Reflection and Sceptical Hypotheses." In: *Erkenntnis*, V. 61. 2004.
- Williamson, T. *Knowledge and Its Limits*. Oxford: Oxford: Oxford University Press. 2000.
- Wittgenstein, L. *On Certainty*. Basil Blackwell, Oxford. 1969.